

Tulane University

IX International Congress Brazilian Studies

New Orleans, Louisiana, 27-29 março.

Mesa: Gestão Democrática, Monitoramento e Inclusão Social

Título do Trabalho: Políticas públicas, jovens e inclusão social

Autor: Betina Schürmann

Brasília, fevereiro, 2007

Introdução

Nos anos noventa as práticas de participação sofreram grandes transformações, adquiriram grande visibilidade e podem ser consideradas como respostas ao desencanto com a democracia representativa. O governo trabalhista de Grã-Bretanha, que chegou ao poder em 1997, organizou os “Jurados Cidadãos”, desenvolvidos neste país, na segunda metade da década de 1990, onde os cidadãos participavam deliberando sobre um leque diversificado de questões urbanas, contribuindo para democratizar a gestão local.

A exigência de participação da sociedade civil brasileira está presente na Constituição Brasileira de 1988, mas a regulamentação dos capítulos para institucionalizar a mesma foi vagarosa e durou mais de dez anos. A Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como “Estatuto da Cidade”, concretizou um processo eficiente e vitorioso de negociação, com a participação de todos os setores envolvidos nas políticas públicas e produção do espaço urbano. No entanto como alertam Neves e Paes, (2.002), este foi apenas o primeiro passo, os legisladores federais criaram apenas o suporte jurídico, para uma atuação eficiente das municipalidades.

Um dos indicadores para verificar a participação dos cidadãos é a aquisição do empoderamento pelos mesmos. Apesar de não ter utilizado a palavra empoderamento, por sinal desconhecida nos anos setenta, Paulo Freire e outros ativistas da época, já enfatizavam a necessidade do poder, entendido como aumento da conscientização e desenvolvimento de uma faculdade crítica entre os marginalizados e oprimidos, para permitir aos desempoderados romper com décadas de aceitação passiva e desempenhar um papel de cidadão ativo na promoção de seu desenvolvimento e de sua emancipação.

O conceito de empoderamento foi desenvolvido nos anos noventa, quando pesquisadores e ativistas britânicos colocaram a aquisição do poder como fundamental para a promoção do desenvolvimento social como mudança. No entanto, até os dias de hoje, não há um consenso sobre o significado de empoderamento: para os que adotam a estratégia de confronto, esse conceito significa uma transformação radical e confrontação entre os que têm e os que não têm poder. Trata-se aqui da noção de poder “soma zero, ou seja, as condições para que um grupo ganhe poder implicariam em uma redução de poder por parte de outros grupos” (Oackey e Claiton, 1998).

Para os que adotam a posição de concertação, o empoderamento depende da capacidade para deliberar, desenvolvida por todos os atores de uma forma igualitária – como propõe Habermas (1990), – para a construção de acordos ou consensos. Trata-se da criação de pontes de interlocução entre a sociedade e os governos locais que, propõem um encontro

institucional entre as entidades representativas e as organizações participativas, promovem uma co-gestão entre a sociedade civil e o Estado e desenvolvem relações transversais que constituem formas de democracia semi-direta (Schürmann, 1998).

Este trabalho pretende mostrar a importância da proposta “Arte-Educação” para minorar as desigualdades sociais e promover a inclusão social. O primeiro item traça um rápido panorama da situação dos jovens pobres nas cidades brasileiras. O segundo lista algumas experiências que optaram pela Arte- Educação como mecanismo de inclusão social. O terceiro apresenta um estudo de casos implementado pelo Governo do Distrito Federal, no início deste século, o projeto “Picasso não Pichava”. O quarto item analisa os avanços e debilidades deste projeto.

Para analisar as debilidades buscamos identificar os objetivos e metas propostos pelo projeto e verificar se as práticas desenvolvidas realmente corresponderam aos objetivos traçados. O trabalho foi encerrado com algumas considerações sobre o que faltou no projeto para alcançar resultados de inclusão social e de empoderamento.

Como não há uma estratégia clara para facilitar o processo de empoderamento, foi utilizada a metodologia de Rowlands (2.000), que dividiu o mesmo em três níveis: i) o pessoal, primeiro nível, é avaliado pelos progressos no desenvolvimento da auto-estima entre os envolvidos; ii) o relacional, segundo nível, é verificado pelas práticas que demonstram se os envolvidos adquiriram ou melhoraram suas habilidades para negociar e influenciar na natureza das relações e decisões tomadas; iii) o terceiro nível, o coletivo, é verificado por experiências que demonstrem a geração de impactos maiores – a formação de uma cooperativa, o envolvimento com as estruturas políticas, a formação de redes, etc.

1. Pobreza na juventude brasileira dos grandes centros urbanos

Nas últimas décadas as camadas mais ricas das grandes cidades brasileiras se enclausuraram em condomínios fechados – as novas periferias dos ricos – se protegeram com guarda costas e carros blindados e cederam as ruas para automóveis climatizados. Governantes e cientistas sociais brasileiros não ouviram as palavras de Jane Jacobs que, há meio século, alertava sobre a morte e a necrose das grandes cidades, causadas pelo abandono do espaço público, das tradições de boa vizinhança construídas nas ruas e pelo confinamento em condomínios para fugir da pobreza e criminalidade.

Com o abandono do espaço público entregue à marginalidade, ao seqüestro e ao crime organizado, os que mais vêm sofrendo são os jovens pobres e excluídos, que habitam as ruas.

Pesquisa mostra que as taxas médias de crescimento dos jovens entre 15 e 24 anos das Regiões Metropolitanas (RM), brasileiras é maior que a taxa de crescimento dos jovens no Brasil. Se olharmos sob o ângulo do desemprego a situação de vulnerabilidade dos jovens pobres também é maior, considerando que eles estão em uma faixa etária onde deveriam estar estudando.

Em 1995 o Brasil tinha 4,5 milhões de desempregados e deste número 2, 1 milhões são jovens entre 18 e 24 anos. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano 2.000, 20% da população brasileira, ou seja, 34 milhões de brasileiros foram atingidos por novos e velhos mecanismos de exclusão social. A maioria destes (58,5%), pertencem à famílias com renda per capita inferior a um Salário Mínimo (US\$ 190,00). Dentre estes 12,2% vivem em famílias com $\frac{1}{4}$ do Salário Mínimo (Pro Jovem, 2007, Documento no. 01).

Estes jovens pobres são também a maior vítima da violência urbana; em 2.002 morreram no Brasil 28 mil jovens, dois quais 80,5% pertenciam à faixa etária de 18 a 24 anos e eram do sexo masculino, evidenciando a urgência de políticas públicas para reverter esta situação.

Contudo estas têm resultado em imensos fracassos; confinados em instituições como a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem), tratados por técnicos e profissionais incompetentes e repressores, que conseguem transformar brigas em rebeliões, com reféns e fugas dos internos, que saem da instituição piores do que entraram.

O governador do Estado de São Paulo, em 2006, demitiu 1.751 agentes de apoio técnico, de quatro complexos, substituindo-os por 2.400 agentes de segurança e educadores sociais. Entretanto essa reformulação não impediu que ocorressem várias rebeliões até a guerra urbana que persiste até os dias de hoje e já eliminou centenas de jovens pobres das periferias das cidades paulistas.

Alguns estados e municípios brasileiros se conscientizaram deste problema e tentaram reformular essas instituições. A Febem do Rio Grande do Sul atendia, no mesmo espaço, infratores adolescentes e crianças em situação de risco. No ano 2.000, Olívio Dutra, na época governador deste Estado, extinguiu essa instituição e criou em seu lugar duas fundações: a Fundação de Atendimento Sócio Educativo (Fase), que substituí a Febem e a Fundação de Proteção Especial, que atendia crianças carentes, órfãos e adolescentes de risco. Em todas as 16 unidades da Fase deste estado foram criados cursos profissionalizantes de piscicultura, marcenaria, cerâmica, horta e informática e escolas de ensino fundamental. Após estes cursos, os internos saídos da Fase estagiavam em empresas privadas e públicas dos municípios do Rio Grande do Sul.

Outro modelo de gestão bem sucedido foi o de Diadema, cidade do ABC paulista que, em 1999, estava em 1º lugar no ranking de homicídios do Estado de São Paulo, com 31 assassinatos por dia, média que caiu para 11 homicídios em 2.004, quando passou para 18º lugar.

O prefeito, eleito em 2.000 e reeleito em 2.004, mediante parcerias com pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), governo do Estado de São Paulo e empresários locais, tomou várias medidas pontuais: primeiro, os pesquisadores da USP, baseados na análise dos arquivos policiais, constataram que 60% dos assassinatos ocorriam no interior dos bares e suas imediações e que vítimas e assassinos estavam embriagados. O governo local fechou os bares às 23 horas.

Segundo, a prefeitura desenhou um mapa detalhado, marcando os locais e horas dos crimes, montou uma operação conjunta de policiais militares, civis e municipais, nas ruas e horários mais violentos, disponibilizou linhas telefônicas para que a população comunicasse algo suspeito e, ao mesmo tempo, instituiu uma polícia comunitária permanente e, terceiro, baseado nos resultados do mapeamento, a prefeitura implementou práticas de inclusão social, distribuindo uma Bolsa Escola no valor de R\$ 150,00 (por volta de 75 dólares), incentivando os jovens a voltar para a escola e usar os espaços culturais e esportivos, que foram aumentados e passaram a ser geridos pela própria comunidade.

O inovador deste modelo de gestão foi articular repressão com prevenção, aplicar ações pontuais em focos precisos, mediante a montagem de uma eficiente ofensiva, onde o projeto é monitorado diariamente por uma teia de parcerias que envolvem pesquisadores da universidade, governo estadual e a comunidade, encarregada de zelar por vários espaços (Gaspari, 2005).

2. Arte Educação como mecanismo de reversão das desigualdades sociais e promoção da inclusão social

Para se contrapor à violência, à desigualdade e possibilitar a inclusão social, surgiram experiências que utilizaram a Arte-Educação, proposta inovadora cujo objetivo não é formar profissionais artistas, mas devolver a auto-estima, capacitar os jovens para alguma profissão, resgatar a vida em comunidade e promover a inclusão social.

Estas experiências, geralmente desenvolvidas por organizações não governamentais ou mesmo governamentais, ao organizar atividades artísticas, culturais, ou mesmo esportivas

são bastante distintas em relação ao tamanho formato e recursos. É um campo heterogêneo, fragmentado e que têm comum atingir a um público de jovens, aprender fazendo e desenvolver laços comunitários (Castro et alii, 2.000: 83)

Para Faria, 1999:22:

A criatividade artística proporciona o desenvolvimento humano e gera processos mais amplos de percepção e melhoria da qualidade de vida. Desenvolver-se com arte pode tornar a nossa vida mais alegre e o nosso olhar mais sensível à realidade cotidiana. Pode contribuir para a criação de um rico imaginário local, apoiado nas raízes e na criatividade coletiva do presente e resgatar poéticas locais que dão um sentido à vida em comunidade, pela alegria, o lúdico, a imaginação.

Nos dias de hoje há centenas de projetos, espalhados em vários municípios brasileiros, que utilizam as diversas manifestações da arte para estimular processos de capacitação e inclusão social de jovens pobres: os Núcleos de Artes Cênicas do Sesi, implementados em diversos municípios do Estado de São Paulo, apresentam o projeto coordenado por Sonia Azevedo (2005), onde inúmeros diretores de teatro utilizam o teatro como mecanismo de inclusão social. O Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA), desenvolvido em Salvador (BA), utiliza a criação coletiva, para organizar peças de teatro, onde são estimuladas a criação e a criatividade. Leituras e debates complementam este trabalho.

Utilizando o cinema como resgate da auto estima, da criatividade e inclusão social, a Febem do município de Guarujá , (SP), desenvolveu um projeto de criação coletiva; os internos organizaram uma equipe e estão filmando, supervisionados pelo cineasta Tony Valente, contratado pela municipalidade. Para este diretor a finalidade não é profissionalizar os jovens, mas interferir no processo de ressocialização dos mesmos (Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 22 de fevereiro de 2005).

Uma das experiências mais inovadoras é a do Grupo Cultural Olodum, na cidade de Salvador (Bahia), com atividades voltadas para as áreas de música, banda, coral e também teatro. Estas atividades são consideradas excelentes para combater a violência, na medida em que possibilita aos jovens outras formas de expressão. Outras finalidades do Olodum são a preservação da cultura negra através da Arte e, principalmente, a complementação do ensino formal com exercícios que reforcem as práticas de cidadania e a promoção da capacitação técnica para meninos e meninas pertencentes ao projeto.

O exemplo do Olodum é referência de projeto bem sucedido; primeiro, a “Fundação Mãe” desenvolve, há treze anos, uma das mais belas e bem sucedidas propostas de inclusão social através da Arte - Educação em música, e teatro. Segundo, garante a escolaridade, complementando a educação através da Arte com o ensino formal para as crianças e

adolescentes da Escola Criativa Olodum, que funciona no Pelourinho, localizada no centro histórico de Salvador. Em terceiro lugar, é um dos poucos projetos brasileiros que têm profusão de verbas governamentais e não governamentais. Segundo informação de Castro e outros, (op. cit: 138), os recursos para os projetos de resgate da cidadania e da cultura negra vêm da Prefeitura Municipal de Salvador e a Escola Criativa Olodum é financiada pelo Grupo Cultural Olodum.

3. O projeto “Picasso não Pichava”

O projeto é parte do Programa de Segurança Comunitária, desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Governo do Distrito Federal (GDF) é coordenado pela Subsecretária de Programas Comunitários, Delegada Nélia Maurício Lopes Vieira, responsável também pelos Conselhos de Segurança do Distrito Federal, implementados por essa Secretaria.

Iniciado em 1999 pelo então Delegado de Segurança Pública de Brasília, Dr. Paulo Castelo Branco que, visitando Nova York, se entusiasmou pelos impactos do Programa “Tolerância Zero” realizado com êxito nesta e em outras cidades norte-americanas. Articulando ações repressoras com educativas, o então Secretário de Segurança afirma que o objetivo do projeto é desenvolver políticas públicas preventivas dirigidas a adolescentes ligados á pichação, gangues, drogas e violência urbana.

Com o objetivo de atender adolescentes de risco que habitavam as cidades satélites, em 2.000 o Governo do Distrito Federal institucionalizou o Picasso não Pichava e solicitou o envolvimento e participação de todas as Administrações Regionais do GDF.

A equipe executora ficou a cargo de dois coordenadores: Carlos Olbes Volgado (Coordenador Geral) e Carlos Eduardo Paes de Moraes, (Coordenador Adjunto), este último, também responsável pela coordenação do projeto “Esporte à Meia Noite”. Ambos foram indicados pelo Secretário de Segurança Pública, o General Athos Costa de Faria, com as funções de planejar e implantar o “Picasso não Pichava” em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Iniciado em 1999 na Ceilândia, foi mais tarde organizado nas administrações do Paranoá e Varjão e em Brasília, onde funcionou no Centro Cultural da Quadra 508. Sul. No primeiro ano o projeto teve um caráter repressivo; mediante o Disque Denúncia, o projeto recebeu mais de 400 denúncias no ano 2.000.

Mais tarde, os coordenadores buscaram uma interação com a comunidade, para contrapor a uma atividade repressiva, característica que persiste em vários órgãos policiais brasileiros até os dias de hoje, apesar de o Brasil já ter propostas tão eficazes e eficientes quanto às aplicadas com êxito em cidades como Los Angeles e Nova York.

Os objetivos gerais do projeto foram: i) tratar a violência juvenil mediante a educação; ii) Diminuir a criminalidade entre os jovens pichadores de Brasília; iii) funcionar como proposta de prevenção e, iv) diminuir as desigualdades sociais mediante práticas de inclusão social. Como objetivos específicos pretendem: i) utilizar a grafite como iniciativa artística em contraposição à pichação; ii) garantir o envolvimento e a participação do maior número possível de Administrações Regionais no programa; iii) desenvolver atividades culturais para jovens em situação de risco, abrindo brechas para uma mudança de comportamento; iv) valorizar nos jovens a auto-estima, a criatividade, a solidariedade e os valores éticos, em relação à família e à sociedade, desviando-os da drogas e da criminalidade; v) promover atividades para capacitar os jovens para o mercado de trabalho.

No primeiro ano não houve captação de recursos para o projeto, mas a partir da publicação do Decreto, foram recebidas doações de empresas públicas e privadas – Empresa dos Correios e Telégrafos, Fundação Athos Bulcão, Brasil Telecom, Banco Regional de Brasília (BRB) e o Instituto Terceiro Setor, uma ONG.

Apesar de previsto para ser implantado em todas as Administrações Regionais do Governo do Distrito Federal, até o ano 2005, apenas três Administrações – Paranoá, Varjão e Ceilândia – responderam positivamente a essa parceria.

O público – alvo foram adolescentes em situação de risco, pichadores e membros de gangue. Para a seleção dos alunos foram adotados os critérios de: i) localidade, os que residem próximo ao local onde o projeto; ii) envolvimento com pichação, drogas, formação de gangues, criminalidade e outros fatores de risco social; iii) evasão escolar e defasagem entre série e idade – causados por sucessivas reprovações e contínuas evasões escolares; iv) renda – todos os envolvidos devem necessitar inserção no mercado de trabalho; v) priorizou os negros pois, apesar das transformações profundas promovidas pela democratização e pelo Movimento Negro as desigualdades entre negros e brancos ainda continuam gritantes no Brasil.

A partir de fevereiro de 2004 o programa ganhou dois caminhões, onde foram oferecidas as mesmas atividades dos centros fixos de Paranoá e Varjão, com o nome de “Picasso não Pichava Itinerante” e aplicadas na Administração Regional de Ceilândia, até o fim do ano de 2004.

No Varjão, quando era ainda uma Sub-Administração Regional, ligada à Administração Regional do Lago Norte, as relações foram tranquilas e o projeto desenvolveu suas atividades. Após a separação da Sub-Administração do Varjão da Administração do Lago Norte, surgiram desentendimentos entre os coordenadores do projeto com o então Administrador do Varjão, que resultaram na interrupção do projeto .

Entrevista com o chefe de gabinete da atual Administradora do Varjão, que tomou posse em julho de 2004, informa que a mesma pretende retomar as atividades do projeto Picasso não Pichava no Varjão, a partir de 2005, mas na ocasião do término de nossa pesquisa, essas promessas ainda não tinham se realizado.

4. Resultados obtidos: avanços e debilidades

Na avaliação da equipe executora o projeto, de 1999 até 2005, resgatou das ruas 2.330 meninos e meninas, encaminhados para o mercado de trabalho. Além disso, ofereceu cursos de pintura, desenho e informática e transformou inúmeros delinqüentes e pichadores em grafiteiros.

Utilizando a antiga vivência e o linguajar das gangues, alguns adolescentes se transformaram em monitores remunerados, auxiliando os professores a atrair outros meninos e adolescentes para o programa. Carlos Washington Corrêa, o Astro, líder por quatro anos da gangue “Anjos Grafiteiros Escaladores” (AGE), publicou o livro “Uma vida, dois mundos”, onde narra o mundo da pichação e estão listados 41 casos de adolescentes assassinados. O livro foi lançado na exposição do Teatro Nacional.

O projeto adquiriu visibilidade, ganhando matéria na grande imprensa, onde foram focalizados exemplos de meninos que saíram da lista negra da polícia e hoje prestam serviços ao Projeto: Edson Tavares, o Bremer, 22 anos, ex-líder da gangue “Amantes da Arte Proibida”, hoje monitor da turma, recebe R\$ 400,00 por mês e ainda atrai novos alunos.

Foram realizadas várias exposições de alunos em escolas públicas, na Administração Regional do Lago Sul e em locais mais nobres como no Foyer da Sala Vila Lobos do Teatro Nacional, no Centro Cultural Brasil-Espanha e na Embaixada da Espanha.

Para atrair as outras administrações e motivar os alunos destas regiões, foram organizadas, palestras em escolas públicas e apresentações em festividades, como na Abertura dos II Jogos Internos da Secretaria de Segurança Pública e no dia Mundial da Aids.

Sobre essas apresentações, o coordenador geral alegando que a função destas participações era exclusivamente educativa como os grafites realizados nos muros de Brasília

fez questão de frisar que a equipe executora recusou muitos convites, quando percebeu que as empresas que faziam doações estavam utilizando os alunos com finalidades eleitoreiras e de marketing.

Os três Administradores Regionais concordaram que o projeto respondeu às necessidades da juventude de suas regiões, onde mais de 50% da cidade é de jovens abaixo de 24 anos. Para o administrador de Ceilândia, o trabalho do Picasso com estes jovens, ofereceu oportunidades, nas esferas econômica e social e é fundamental para qualquer cidade do Distrito Federal, especificamente na região chamada do DF Oeste, que compreende Samambaia, Ceilândia e Taguatinga, onde habitam mais de um milhão de pessoas habitam nesta região, mais da metade da população do Distrito Federal.

Concluiu que:

... o Picasso não Pichava realmente é uma referência, como também outros projetos, como o Esporte à Meia-Noite e que nossa esperança é de que a gente tenha esse projeto fortalecido, e quando eu digo fortalecido, (falo) de um caráter permanente, tamanhos são os resultados positivos e propositivos, especificamente aqui na cidade (Entrevista com o Administrador Regional, Sr. Rogério Rosso, 2005).

O administrador acrescentou também que antes os comerciantes da comunidade reclamavam muito sobre as pichações, e que atualmente melhorou muito. Esta também foi a opinião do Administrador Regional do Paranoá, que em entrevista, considerou que o trabalho (do Picasso) “deles tem sido muito eficiente em função de esclarecer a comunidade jovem.

O SEBRAE organizou uma pesquisa no Paranoá, a respeito de vários aspectos da cidade e um dos aspectos positivos observados foi a conservação das ruas, das paradas de ônibus na cidade. Em relação ao problema da pichação no Paranoá, os pesquisadores do SEBRAE acharam, em toda a cidade, apenas duas pichações. Essa foi uma prova bastante concreta dos resultados positivos desse trabalho.

O projeto ganhou, em 2004, o Diploma de “Mérito pela Valorização da Vida” assinado pelo Ministro de Estado Chefe de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e pelo Secretário Executivo do Conselho Nacional Anti-Drogas.

Apesar de todos estes aspectos positivos, o projeto apresentou muitas debilidades; entre os fatores que influíram na debilidade do projeto, há fatores externos, como a crônica falta de verbas quando se trata de projetos sociais em iniciativas governamentais, constante não só do Picasso como de outros projetos promovidos por governos, sejam eles de governos locais, estaduais ou nacionais.

Na ampliação da proposta itinerante foi constatada ausência de pagamentos para as áreas de psicologia, pedagogia e antropologia, que utilizaram profissionais voluntários. E mais, inexistiu profissionais na psiquiatria, quando a grande maioria dos jovens eram dependentes químicos. A ausência de verbas governamentais foi uma das causas da paralisação provisória do Picasso Itinerante em Ceilândia e da interrupção definitiva do projeto no Varjão.

O novo Administrador de Ceilândia, Sr. Rogério Rosso revelou que pretende retomar essas atividades e para isso quer propor uma continuidade do projeto. No entanto, estas expectativas não se realizaram.

Lembramos que as iniciativas mais bem sucedidas foram, na grande maioria, desenvolvidas por Organizações Não Governamentais (ONG's), e a maior parte dos recursos financeiros recebidos são oriundos de organizações estrangeiras, como é o caso da ONG Associação Curumins, desenvolvida em Fortaleza há vinte anos e financiada pela *Terre des Hommes de Lausanne* (França).

A ausência de verbas para projetos sociais nos parece estar relacionada com o desinteresse ou desqualificação pelo projeto por parte das administrações regionais. No caso do Picasso, o projeto foi interrompido em Ceilândia, em novembro de 2.004, pretendendo voltar a funcionar em 2.005 mas, até o término de nossa pesquisa não tinha conseguido.

As entrevistas com os dois coordenadores do projeto mostraram um panorama pessimista, causado por preconceito com projetos implementados pela Secretaria de Segurança Pública e desqualificação de dos próprios coordenadores, por serem policiais.

Esta desqualificação por parte das Administrações, razão da incipiente adesão ao projeto pela maioria dos administradores, se deve também ao modelo de gestão do Governo do Distrito Federal, onde se observa uma total desarticulação entre o projeto da Secretaria de Segurança Pública com as outras Secretarias de Governo e Administrações Regionais.

Acreditamos que, esta ausência de articulação impediu que as três Administrações Regionais que aderiram – Varjão, Paranoá e Ceilândia – e ofereceram espaços para o projeto, não desenvolvessem uma parceria eficiente. De um lado, todos os administradores elogiaram e concordaram que os resultados foram positivos mas, de outro, fizeram questão de frisar que o Picasso era “um projeto da Secretaria de Segurança Pública”.

Acrescentamos também que, inúmeros trabalhos alertam que o êxito das políticas públicas depende de um novo paradigma de administração, que exige a inserção de três temas transversais: a articulação inter-governamental – entre os três níveis de governo – intra-governamental, compreendida como a convergência e integração das ações entre todas as secretarias de governo e a participação da comunidade, mediante uma co-gestão entre representantes do governo e da sociedade civil (Schürmann, 2005).

Uma terceira debilidade foi a pouca autonomia dos coordenadores, que não foram consultados nem deliberaram sobre os pré-requisitos necessários para as contratações e indicação dos técnicos.

Considerações Finais

Para recuperar e aperfeiçoar o Picasso não Pichava, cumprir seus objetivos de afastar o adolescente das ruas, da criminalidade e das pichações e gangues e, ao mesmo tempo, ampliar o trabalho para concretizar um processo eficaz de capacitação e inclusão social, é necessário:

Primeiro, repensar as contratação de técnicos, das unidades fixas e itinerante, que deveria ser substituída e/ou ampliada com parcerias com as duas principais universidades de Brasília, utilizando alunos de graduação e Pós Graduação, e também ONG's com comprovado trabalho nessa área. O fato de terem sido feitas tentativas, que não receberam respostas favoráveis das Universidades nos leva a outros problemas, que não cabe analisar neste trabalho.

Segundo, sensibilizar os professores das diferentes áreas para evitar desinteresse e estimular a participação. Os professores de informática alegaram incompatibilidade de horário para justificar as faltas às reuniões psico-pedagógicas.

Esta dificuldade parece apontar também para outras causas, que necessariamente não são excludentes: o salário desses profissionais é muito baixo ou mesmo inexistente e os professores de informática não vestiram a camisa do "Picasso".

Para evitar este desinteresse deveriam ser utilizadas ONG's e organizações com comprovadas práticas nesta área, como o Comitê para Democratização da Informática (CDI), que poderia ter sido convidado para uma parceria com o Picasso.

Com algumas modificações, esse projeto poderia também possibilitar melhores resultados como instrumento de geração de trabalho e renda, empoderamento e inclusão social.

Acreditamos que envolvimento com as universidades, mediante a proposta "Arte - Educação" permitiria ampliar os módulos oferecidos pelo Picasso – grafite e informática – acrescentando a música, artes cênicas, artes plásticas, literatura, circo, etc. E, para demonstrar eficácia na inserção no mercado de trabalho as atividades da proposta Arte Educação deveriam estar articuladas com a capacitação, garantindo a inserção dos alunos no ensino formal – Fundamental e Médio.

São inúmeros os resultados inovadores de projetos que utilizam a arte para obter resultados de participação e inclusão social.

Os projetos de Arte Educação poderão também possibilitar resultados qualitativos, com sua metodologia que usa a arte não para produzir artistas, mas para recuperar a auto-estima e resgatar valores de cooperação e solidariedade.

Entre estes, a efetivação de um processo de empoderamento, na medida em que os envolvidos assumirem a coordenação de seus projetos, elaborarem uma nova estrutura democrática e apresentarem resultados de geração de trabalho e renda.

O primeiro nível de empoderamento – desenvolvimento da auto-estima e a capacidade – esteve presente no Picasso. No segundo nível – melhorias na habilidade de relacionar e negociar – nos parece que foi efetivado parcialmente; de um lado, houve melhorias no relacionamento mas, de outro, estas melhorias não foram suficientes para capacitar os envolvidos nas negociações. Faltou uma participação mais ampla dos mesmos que, durante todo o funcionamento do projeto, ficaram foram totalmente dependentes dos coordenadores.

O terceiro nível – o coletivo – também está totalmente ausente no Picasso, porque não efetivou um processo de empoderamento, os envolvidos não tiveram condições de assumir a coordenação de seus projetos, de organizar atividades de desenvolvimento local – que apresentem, efetivamente, resultados de geração de trabalho e renda e inclusão social.

Não encontramos também indícios de geração de impactos maiores, como o envolvimento com as estruturas políticas e criação de atividades alternativas, desligadas da equipe executora do projeto. Não houve também, por parte dos coordenadores e dos envolvidos, tentativas de buscar maior autonomia para o projeto, fatores que permitiriam a criação de pré-condições para deslançar o processo de empoderamento.

Consideramos que esse balanço do projeto parece confirmar que, para possibilitar a inclusão social é necessário, ainda, contínuas reformulações, decorrentes de um monitoramento contínuo, assumido pela equipe executora com a efetiva participação de todos os atores envolvidos.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Sonia Machado de (2005). No campo de Sonhos: Núcleos de Artes Cênicas do SESI – O cidadão criador. Um Estudo da inserção social através da Arte e da Educação Estética. Tese de Doutorado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Área de Concentração: Teatro.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças; ANDRADE, Eliane Ribeiro (2.000) Cultivando Vidas, Desarmando Violências, Brasília, Unesco, Kellogg Foundation, Banco Interamericano de Desenvolvimento

FARIA, Hamiltom (1999). (Coord.), Desenvolver-se com Arte, Revista Polis, no 33, São Paulo, Editora Polis.

GASPARI, Elio (2005). Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano , São Paulo.

HABermas, Jürgen. (1990). Soberania Popular como Procedimento. Um conceito normativo de espaço público. Em, Novos Estudos Cebrap, no 26, São Paulo, Cebrap.

NEVES, Aécio e PAES, Djalma (2002). Estatuto da Cidade: O desafio para os municípios está lançado. Em, Estatuto da Cidade. Guia para Implementação para os Municípios e Cidadãos, Editora Caixa/ Pólis

OACKEY, Peter e CLAITON, Andrew, (1998) The Monitoring and Evaluating of Empowerment , 2000, Oxford, Intrac.

PRO JOVEM,(2.007). Manual do Educador. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Presidência da República, Brasília.

ROWLANDS (1997), Em, Peter Oakley e Andrew Clayton. The Monitoring and a Evaluating of Empowerment , 2000, Oxford, Intrac.

SCHÜRMAN, Betina (1998). Sindicalismo e Democracia. Os casos do Brasil e do Chile. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

_____ (2005). Relatório Final de Consultoria, Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, Brasília.